



Índice

- 01** Dirigente alerta que peneira no "arco e flecha" pra 2016 pode iludir índios
- 02** Governo propõe mediação em reunião com produtores e índios
- 03** 300 índios mantém a SC-477 fechada, com armas, facões e arame farpado em Bonsucesso interior de Itaiópolis.
- 04** Ministro da Justiça defende mediação para índios na BA
- 05** Fazendeiros cobram desocupação em áreas de conflito em Mato Grosso do Sul
- 06** Índios continuam esperando decisão do Governo sobre terras
- 07** 1ª Feira de Economia Solidária de comunidades indígenas começa quinta-feira
- 08** STF: 19 condicionantes e as demarcações de terras indígenas
- 09** Concurso Professor Indígena Bahia 2014
- 10** Justiça federal determina a suspensão das obras de Belo Monte
- 11** Exposição arqueológica traz relíquias do período colonial do Amazonas
- 12** Aldeias indígenas da região podem ganhar para-raios, diz vereador
- 13** Funai apura ocupação indígena em fazendas de Japorã, MS
- 14** Invasões Indígenas: Mato Grosso do Sul está uma terra sem lei, diz Famasul
- 15** Semana Acadêmica discute a educação em escolas indígenas
- 16** Bebê de 11 meses caiu no rio após colisão entre barcos. A mãe do bebê teve



ferimentos no rosto e foi encaminhada ao hospital.

- 17** Comissão Interamericana ouvirá indígenas brasileiros
- 18** Governo Dilma não quer regularizar Quilombo dos Macacos
- 19** TRF4 julgará a constitucionalidade do decreto federal que viabiliza a titulação dos territórios quilombolas
- 20** Índios e fazendeiros brigam por área de quase 10 mil hectares em MS
- 21** Deputados temem confronto entre fazendeiros e índios
- 22** Sem encontrar resistência, índios tomam fazendas em MS
- 23** Governo reconhece comunidades quilombolas em MG e GO
- 24** ESBR apoia campanha de prevenção do câncer de mama e útero voltada para mulheres ribeirinhas
- 25** Produtores rurais iniciam retirada do gado das fazendas invadidas por índios na região de Japorã
- 26** Paulo Corrêa solicita Navio-hospital para atender índios Guatós
- 27** Município de Cachoeirinha (TO) deve indenizar indígenas pela destruição de aldeia por incêndio criminoso
- 28** Mais um Kaiowá suicidado pela nossa sociedade. Chega!
- 29** Família desaparecida pode estar em reserva indígena, diz PRF no AM
- 30** Sem energia, Parque das Nações Indígenas afugenta população
- 31** MPF/AM se reúne com comunidades quilombolas em Barreirinha



Dirigente alerta que peneira no "arco e flecha" pra 2016 pode iludir índios

SÍTIO UOL, 28.10.2013

Até o final deste ano, seis indígenas de tribos do Amazonas serão selecionados para treinar por dois anos na Vila Olímpica de Manaus com a expectativa de participar da seleção brasileira de tiro com arco nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. O inédito projeto foi lançado Fundação Amazônia Sustentável (FAS), mas repercute em virtude do pouco tempo que estes índios têm estarem aptos à competição e é contestado e visto com ressalvas pela própria Confederação Brasileira da modalidade.

O trabalho de procura dos índios foi feito pelo arqueiro e dirigente da Federação do Amazonas, Roberval Santos, em parceria com a professora Márcia Lot. Ambos foram convidados Fundação Amazônia Sustentável (FAS), idealizadora projeto "Arquearia Indígena", a "caçar" talentos em sete aldeias indígenas. E, para isso, tiveram que se infiltrar nas tribos.

Márcia, por exemplo, passou de 15 a 20 dias para selecionar jovens com idade entre 14 e 19 anos das tribos Baré, Kambeba e Karapãna. "Eu morei com a família destes índios, vivi a rotina deles. Assisti aos Jogos Indígenas. E desta forma, pude observar muitos jovens: aproximadamente 80. Na hora de escolhê-los, levei em consideração não só o talento, mas também a índole destes meninos e meninas. Escolhi menino que não bebe, que não fuma. Porque os que forem escolhidos ao final precisam ter uma cabeça muito boa para seguir", explicou Lot.

Dos 80 índios observados em suas aldeias, 12 foram selecionados para o primeiro treinamento em Manaus, em junho deste ano. Depois, caiu para apenas oito. "Até o final do ano, estes nomes precisam estar definidos para que possamos treinar seis deles a partir de janeiro na Vila Olímpica de Manaus", disse Roberval Santos.

Mas a real chance de um índio desse grupo estar capacitado para 2016 é questionada até por quem capitaneia a ideia. Arqueiro há 19 anos, Roberval admite que projeto de capacitação pode ser inviável para 2016, mas que pode pelo menos ser útil em longo prazo.

"Eu, de cara, achei impossível. Sabia que não seria fácil. Por sorte, nós temos três vagas para homens e três para mulheres garantidas para o Brasil pelo fato de ser o país sede dos jogos, mas eles (índios) têm que competir com outros brasileiros para conquistarem vagas. Mas estamos trabalhando. Vamos elevá-los a um nível técnico competitivo. As pessoas acham legal, mas concordam que é algo possível apenas para 2020. Mas isso não nos desestimula. Tanto que estamos treinando três horas de manhã e três à tarde", explicou o arqueiro.

A Confederação Brasileira de Tiro com Arco (CBTArco), apesar de alguns elogios, mostra preocupação e uma visão mais crítica. Eros Fauni, diretor técnico da entidade, disse não concordar com a forma com que a possibilidade destes índios ingressarem nas Olimpíadas é passada.

CONT.



"Pelo pouco que eu vi sobre este projeto, acho que a forma que ele vem sendo divulgado pode estar provocando uma ilusão nestes meninos. E não é por aí. Sabemos que além de treinarem em Manaus, eles vão ter que disputar competições, conseguir índices, disputar com outros brasileiros as vagas disponíveis para os Jogos. Geralmente, um arqueiro só está preparado para ir a uma Olimpíada com seis, sete anos de treinamento, com raras exceções quatro, cinco anos. Ou seja é algo mais possível para 2020, mas isso não significa que é impossível. É uma boa iniciativa", explicou.

A visão de Fauni é endossada pelo diretor-técnico da Federação Paulista de Arco e Flecha (FPAF), Reinaldo Nunes, que não crê no sucesso do projeto para os Jogos do Rio. "Há um estudo da federação internacional de tiro com arco que mostra que de 1996 para cá, todos os atletas da modalidade que conseguiram medalhas em Jogos Olímpicos tinham pelo menos cinco anos de treinamento profissional, o que não condiz com a realidade e prazo que estes índios têm."

Índios sonham e desconhecem Olimpíada

A expectativa é grande entre os indígenas na busca da realização do sonho olímpico. Graziela ou Yaci, 18, cujo nome em "nheengatu" significa Lua, faz parte da tribo Karapãna e é a única menina do grupo de oito jovens que tenta conquistar uma das seis vagas para o treinamento do ano que vem. Aluna do terceiro ano do ensino médio, Graziela mora em Cuieiras, no Rio Negro. Para chegar até a escola, que fica em outra aldeia, ela sai de casa duas horas antes e segue o trajeto de barco. No retorno, a jornada se repete.

"Eu nunca tinha visto os Jogos na televisão. Eu não sabia a época que passavam porque na minha casa não tem luz direto. O gerador funciona apenas a noite", justificou Graziela, ressaltando que só pode conhecer um pouco dos Jogos Olímpicos pelas imagens que Márcia Lot mostrou em seu computador na aldeia.

Além da escola, Graziela teve de conciliar os treinos durante o período em que a "olheira" visitou a aldeia com as atividades domésticas as quais ela, a mãe e as irmãs são responsáveis. "Também sou responsável por fazer o pão para toda a aldeia. Mas sempre gostei de atirar. Eu aprendi a caçar com meu pai e meu avô", explicou Graziela. E como o talento com o arco e flecha é algo de família, além dela, outros dois irmãos também foram selecionados na aldeia para as seletivas de Manaus: Gustavo e Gibson.

Além de Graziela e dos irmãos, foi na aldeia Três Unidos, localizada na zona rural de Manaus, que outro talento foi descoberto por Márcia: Anderson ou Mui Piruata (nome que significa arco-íris), 15, da tribo dos Kambebas. Um jovem índio que mostra determinação na hora de buscar os seus sonhos. A treinadora compara sua garra de atleta com a coragem que o indígena teve em janeiro deste ano, quando assumiu todos os riscos ao decidir fugir da aldeia para casar com a prima (também índia).

CONT.



"Ele disse que só voltaria para casa se deixassem eles casarem. E ele conseguiu. O interessante é que essa mesma busca pelo que ele quer, ele mostra nos treinamentos quando nos pergunta o que ele precisa fazer para ganhar uma medalha de ouro nas Olimpíadas", comenta Márcia.

Como um autêntico representante indígena, Anderson justifica que aprendeu a usar o tiro com arco aos quatro anos, só observando o pai. "Já peguei peixe, pássaro e caça. Hoje, eu fico me imaginando no meio dos maiores, conseguindo medalhas", idealiza o garoto.

Jardel, ou Wuanaiú (nome que significa pássaro caçador em nheengatu), 17, pertence a tribo dos Kambebas, é um dos oito finalistas, mas foi "pescado" um pouco mais longe: em Uarini (município a 560 quilômetros de Manaus). Além do sonho de participar de uma Olimpíada, ele traz consigo também a vontade de ser médico. Esta surgiu na cabeça do jovem como uma possibilidade de continuar com "a cura" que seu avô já faz na aldeia. "Meu avô é curandeiro e já salvou vidas", explica.

No último dia de treinamento na Vila Olímpica de Manaus, Jardel era um dos meninos mais concentrados. Com cuidado e atenção, ele manuseava o arco observando sua estrutura e detalhes, bem diferente tecnicamente dos que ele aprendeu a fazer na aldeia com palmeira. É que nos treinamentos realizados pelo técnico Roberval Santos, os meninos precisaram deixar os instrumentos rudimentares de lado para pegar no arco profissional.

Governo propõe mediação em reunião com produtores e índios

SÍTIO RADAR NOTÍCIAS, 28.10.2013



Bahia – O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo e o governador Jaques Wagner se reuniram com produtores rurais e índios para discutir a questão indígena no sul da Bahia na última sexta-feira 25/10.

Representantes das duas partes foram recebidos pelo ministro em reuniões separadas. Os produtores rurais foram recebidos na Procuradoria Geral do Estado e as lideranças indígenas em seguida, na Fundação Luís Eduardo Magalhães.

O ministro da Justiça propôs a mediação do

conflito, mas não detalhou o que será feito. Segundo ele, os argumentos serão analisados e haverá a tentativa de negociação. “Se não for possível, vamos atuar naquilo que a lei determina”. O processo de oficialização da demarcação tramita na Justiça.

A área em disputa no sul da Bahia tem 47 mil hectares e está localizada em Ilhéus, Una e Buerarema. Atualmente cerca de 600 produtores rurais estão na área. De acordo com a Fundação nacional dos Índios (Funai) a região é originalmente ocupada por famílias indígenas.

O relatório da Funai está sob análise do Ministério da Justiça, mas índios querem agilidade na decisão, enquanto os produtores alegam a nulidade do processo.

De acordo com o governador Jaques Wagner, o governo tem “uma equipe discutindo um plano de segurança para área, exatamente para que a gente garanta a pacificação até que saia uma decisão final, que só será possível pela Justiça. Ou, se for possível, aquilo que a gente está tentando construir, que é uma mesa de mediação”, afirmou Wagner.

300 índios mantém a SC-477 fechada, com armas, facões e arame farpado em Bonsucesso interior de Itaiópolis.
SÍTIO RÁDIO CIDADE, 28.10.2013



Na localidade de Bonsucesso, os índios ainda não retiraram a barreira na SC 477 nas proximidades da aldeia Guarani, portanto ainda continua fechada aquela via, existe aproximadamente 300 pessoas entre mulheres crianças e adultos sendo índios e brancos que inclusive estão armados com facões e espingardas de diversos calibres e ainda estão ameaçando as pessoas que se aproximam das barreiras tentando queimar os veículos e atirar para o lado das pessoas, o clima continua tenso na localidade e existe uma grande preocupação dos moradores da vila de Bonsucesso, pediram rondas naquela região para dar um pouco mais

de segurança para os moradores.

Também foi informado que está junto na aldeia de Bugiu um elemento conhecido por MÁRCIO SCHROEDER, que estava foragido da Justiça por tráfico de drogas, e que agora se encontra na aldeia juntamente com JAIME DOS SANTOS, este assina o livro no Fórum de Ibirama toda a semana por ser ex presidiário

A polícia pede a todos que por ventura tenham que se deslocar para qualquer Município e que tenha que passar na reserva Duque de Caxias que evitem pois o clima ainda é tenso, e a rodovia continua fechada com barreira de madeira e arame farpado.



Ministro da Justiça defende mediação para índios na BA

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 28.10.2013

José Eduardo Cardozo diz que plano será elaborado para solucionar conflito entre fazendeiros e indígenas

Área de 47 mil hectares no sul do Estado é motivo de disputa entre produtores rurais e tupinambás

DE SÃO PAULO

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, defendeu a mediação como melhor forma para resolver os conflitos entre fazendeiros e índios no interior da Bahia.

Cardozo se reuniu na última sexta-feira com o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), e com representantes dos fazendeiros e índios tupinambás no sul do Estado. Os grupos buscam uma solução para a disputa de uma área de 47 mil hectares, segundo a Agência Brasil.

No início de setembro, policiais da Força Nacional foram enviados para a região com a missão de tentar evitar confrontos entre os índios e produtores e garantir a segurança da população.

Duas semanas após a chegada da Força Nacional, um trabalhador rural foi baleado e um índio morto a tiros.

Durante a reunião, o ministro da Justiça garantiu, tanto a produtores rurais como a lideranças indígenas, que os governos federal e do Estado estão elaborando um plano de segurança para a região. Cardozo ressaltou que, para que as propostas avancem, "o melhor caminho é a mediação".

"Estamos planejando a melhor maneira de darmos segurança para a região, estamos colocando claramente nas reuniões que no conflito nada se resolve, na violência nada se soluciona", afirmou.

"Nós temos que caminhar para a mediação, por meio da qual vamos buscar garantir os direitos das pessoas envolvidas dentro de uma situação de ordem e de tranquilidade."

O ministro declarou ainda que a questão será analisada com "total imparcialidade" e que o plano de segurança que está sendo elaborado será feito de forma conjunta entre o Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, a Força Nacional de Segurança e Secretaria da Segurança Pública da Bahia.

"Estamos planejando a melhor maneira de garantir a segurança na região, e nas reuniões estamos colocando claramente que no conflito nada se resolve e, por meio da mediação,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

vamos garantir os direitos das pessoas dentro de uma situação de ordem e tranquilidade", ressaltou o ministro.

Os produtores rurais asseguraram que são os legítimos donos das terras reivindicadas pelos índios tupinambás.

Já os índios classificam as ocupações como "retomada do território sagrado".

Os tupinambás cobram do governo federal a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

A área de 47.376 hectares (um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial) foi delimitada pela Funai (Fundação Nacional do Índio) em 2009.

Desde a delimitação, os tupinambás cobram que o Ministério da Justiça emita a portaria declaratória, reconhecendo-a como território tradicional indígena.



Fazendeiros cobram desocupação em áreas de conflito em Mato Grosso do Sul
SÍTIO REGIÃO NEWS, 28.10.2013

A audiência acontece na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária , a partir das 7h45, sob a presidência do senador Benedito de Lira.

O presidente da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul), Francisco Maia, participa no próximo dia 31 de uma audiência pública no Senado Federal, em Brasília, para debater o impacto na agropecuária das invasões indígenas de terras por todo o País. Em Mato Grosso do Sul são quase 70 áreas invadidas até agora.

A audiência acontece na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária , a partir das 7h45, sob a presidência do senador Benedito de Lira.

Para o presidente da Acrissul, apesar do recentemente julgamento final pelo STF (Supremo Tribunal Federal), que pôs fim ao caso Raposo Serra do Sol, em Roraima, muitos problemas envolvendo conflitos por terras, entre índios e fazendeiros, ainda persistem em Mato Grosso do Sul. "E o pior é que envolve grandes extensões de terras legalmente tituladas pelos proprietários e em áreas estratégicas para a produção de carne e grãos do Estado, como é o caso da região Sul", exemplifica.

Na região Sul também estão os conflitos mais acirrados. A entidade, que participou ativamente de todas as movimentações em torno da discussão e busca por soluções para a crise fundiária envolvendo índios e fazendeiros, promete cobrar duramente das autoridades e forças de segurança a imediata retirada de indígenas de áreas ocupadas ilegalmente.

Para o ruralista, apesar de a decisão do STF não ter criado "súmula vinculante", o que valeria para outros processos por todo o País, o entendimento da Suprema Corte cria uma repercussão positiva no universo jurídico, uma vez que a tendência dos outros tribunais agora é de decidir na mesma linha jurisprudencial definida pelo STF. "De qualquer forma isso joga uma pá de cal na farra demarcatória da Funai", avalia Chico Maia.

A audiência pública foi convocada em virtude de requerimento feitos pelos senadores Ruben Figueiró (PSDB-MS) e Ana Amélia (RS).

Índios continuam esperando decisão do Governo sobre terras

SÍTIO INFOSAJ, 28.10.2013



As comunidades indígenas de Buerarema, Itabuna e Olivença, no Sul da Bahia, continuam esperando por uma decisão dos governos Federal e Estadual para a demarcação das terras ocupadas por fazendeiros. Enquanto isso, índios e produtores vivem sob confrontos e ameaças de morte, que já se arrastam por três meses. Na última sexta-feira (24), o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, se reuniu com o governador Jaques Wagner e representantes indígenas, na Fundação Luís Eduardo Magalhães (Flem), no Centro Administrativo da Bahia (CAB), para buscar soluções imediatas.

Sob um clima tenso, tanto o governador quanto o ministro chegaram à Flem dizendo aos jornalistas que iam abrir o espaço para o diálogo com os índios, mas que não iam admitir hostilidades. Sem avanços até então, os governos tentam estabelecer um diálogo com os índios. "Não é um processo fácil. Para que haja a demarcação das terras, as partes precisam concordar", afirmou o governador Jaques Wagner.



1ª Feira de Economia Solidária de comunidades indígenas começa quinta-feira
SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 28.10.2013

A Comissão Indígena de Economia Solidária da Região Alto São Marcos e o Fórum Estadual de Economia Solidária de Roraima promovem, de 30 de outubro a 1º de novembro, a 1ª Feira de Economia Solidária das Comunidades indígenas que compreendem a Região do Alto São Marcos e o município de Pacaraima.

Com o tema “Feira indígena de Makunaima”, o evento busca apresentar a diversidade produtiva econômica dessas comunidades, resgatando a economia solidária como um modo de produção sustentável. O evento será realizado no Centro Makunaima, na BR-174, altura do km 180.

Entre os principais objetivos da Feira estão: comercializar, dar visibilidade a produção agrícola, cultural e artesanal das comunidades e reunir parceiros, gestores públicos, entidades de fomento e do movimento indígena para discutirem a economia solidária como alternativa de trabalho e renda.

Para Elielma Coelho, uma das organizadoras da Feira, a expectativa é que a iniciativa mostre à sociedade as potencialidades e a diversidade econômica das comunidades indígenas da Região do Alto São Marcos.

“Será um momento de encontro para a troca de experiências e de saberes”, diz. A programação do evento contará com palestras, oficinas, vivências e uma Audiência Pública de Economia Solidária, direcionada às lideranças indígenas, gestores públicos e convidados.

Durante o dia serão realizadas competições como: corrida com tora, arco-e-flexa, corrida de saco, entre outras. Já à noite, haverá apresentação de bandas locais e danças indígenas. O local da comercialização será organizado de acordo com os diferentes segmentos, com área da alimentação, área da produção agrícola, área do artesanato. Os expositores serão credenciados e receberão camisetas do evento e crachá.

Apoiam a iniciativa as seguintes instituições Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMIR), Associação dos Povos Indígenas da Terra de São Marcos, Organização dos Indígenas da Cidade, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Fundação Nacional do Índio (Funai), Rede de Educação Cidadã, Prefeitura de Pacaraima, Câmara dos Vereadores de Pacaraima e Secretaria Estadual do Índio.

CONT.



Programação

29/10/2013

CHEGADA DOS PARTICIPANTES
CREDENCIAMENTO

30/10/2013

8h30 - ABERTURA E APRESENTAÇÃO DO PARIXARA E DEFUMAÇÃO
9h00 - MESA DE AUTORIDADES E ABERTURA DA FEIRA
11h - VISITA COM AUTORIDADES NAS BARRACAS
11h às 12h - EXPOSIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
13h30 - TROCA DE EXPERIÊNCIAS: INDÍGENAS DO AMAZONAS E DE RORAIMA
16h - COMPETIÇÕES CULTURAIS (ELIMINATÓRIAS)
• CORRIDA COM TORO
• ARCO E FLECHA E ZARABATANA
• CORRIDA DE SACO
• CORRIDA DA CABAÇA
20h - INÍCIO DA NOITE CULTURAL
• ESCOLHA DA RAINHA DA FEIRA
• GRUPOS DE DANÇAS CULTURAIS: DANÇA DO PARIXARA (ELIMINATÓRIA)
23h - ENCERRAMENTO

31/10/2013

8h30 - AUDIÊNCIA PÚBLICA
9h00 - EXPOSIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
12h - ENCERRAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
13h30 - OFICINA SOBRE MOEDAS SOCIAIS – BANCO COMUNITÁRIO
16h - COMPETIÇÕES CULTURAIS (ELIMINATÓRIAS)
• COMER DAMORIDA EM MENOS TEMPO
• BEBER MAIOR QUANTIDADE DE CAXIRI
• BATE COURO
• FUTEBOL DO CARANGUEJO: FEMININO E MASCULINO
20h - NOITE CULTURAL
• BANDAS DE MÚSICA INDÍGENA (ELIMINATÓRIA)
23h - ENCERRAMENTO

01/11/2013

8h - DANÇA DO PARIXARA
9h - INÍCIO DA COMERCIALIZAÇÃO
9h às 12h - OFICINA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E A IMPORTÂNCIA DOS SELOS (PRODUTOS)
16h - ENCERRAMENTO DAS COMPETIÇÕES CULTURAIS (ANÚNCIO DOS CAMPEÕES)
13h30 - MINI-FEIRA DE TROCAS
20h - CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DA FEIRA
21h - ENCERRAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO
22h - NOITE CULTURAL - PREMIAÇÃO DOS VENCEDORES: DANÇA DO PARIXARA, BANDA DE MÚSICA INDÍGENA E COMPETIÇÕES CULTURAIS
00h - ENCERRAMENTO COM FESTA DANÇANTE

02/11/2013

Manhã - RETORNO AS COMUNIDADES

ATIVIDADES AUTOGESTIONÁRIAS - Dias 30, 31 de outubro e 01 de novembro

Trocas de experiências e saberes

Programa de incentivo a agricultura familiar;
Organização para a produção;
Fruticultura irrigada;
Piscicultura;
Gado de corte;
Mandioca;
Melancia;
Milho;
Feijão caupi;

Oficinas – práticas

Artesanato;
Viveiro de mudas;
Compostagem;
Culinária indígena;
Fixação Biológica de Nitrogênio.



STF: 19 condicionantes e as demarcações de terras indígenas

SÍTIO PORTAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, 28.10.2013

Os ministros foram precisos em afirmar: a decisão não tem efeito vinculante, não se estendendo a outros litígios que envolvam terras indígenas.

Qualquer extensão da decisão deste caso para um outro caso é mera "argumentação", segundo disse o relator, ministro Roberto Barroso. De forma clara, assim ele definiu a decisão do acórdão que estava em sede de embargos: "decisão atípica e não é um bom padrão a ser seguido". As condicionantes teriam sido escritas para garantir a aplicação daquela decisão de 2009 na área, para ser efetiva, com a retirada dos invasores e a proteção do direito territorial dos povos indígenas. Por isso, de forma "atípica", a Corte definiu certas condições para o caso. Portanto, segundo Barroso: "Uma outra demarcação pode levar em conta outras circunstâncias. A solução não pode ser a mesma para demarcações de áreas com outras características. As condicionantes estabelecidas para Raposa Serra do Sol valem apenas para este caso."

As "19 condicionantes" haviam sido oferecidas, na época, pelo falecido juiz Menezes Direito, e criaram conflitos desde que o acórdão que protegeu a demarcação da Raposa Serra do Sol foi publicado. Ruralistas, assim como o advogado da União, Luis Inácio Adams, representando os interesses do governo federal, passaram a fazer uma interpretação extensiva desse argumento, tentando impedir novas demarcações e autorizar empreendimentos sem consulta aos índios. Na visão dessas partes, não caberia demarcar nenhuma terra onde os índios não estivessem em 1988, não poderia haver nenhuma "ampliação", e os indígenas não teriam direito de serem consultados sobre projetos de "interesse nacional" (um termo complicado de ser definido) que recaiam sobre seus territórios tradicionais. Portanto, Adams editou uma Portaria, a 303, e os ruralistas usaram os argumentos em mandados de segurança, como se a decisão da Raposa Serra do Sol funcionasse como uma súmula vinculante. O alvo de Menezes Direito, cuja opinião serviu ao lobby ruralista, não era especificamente a terra indígena em Roraima mas, longe de lá, as terras guaranis no Mato Grosso do Sul e no sul do País, e os projetos desenvolvimentistas do governo federal. Mesmo os casos de demarcações nos quais houvesse nulidade absoluta do processo não poderiam ser revistos.

A tentativa de Menezes - Direito de produzir uma legislação por meio de uma decisão jurídica foi rechaçada pelos ministros do STF. A decisão do STF sobre a demarcação da Raposa Serra do Sol não vincula juízes e tribunais quando do exame de outros processos relativos a terras indígenas diversas, explicou o ministro Barroso. E, se não vincula o judiciário, também não deve vincular o Executivo na administração pública. Nesse sentido, a Portaria 303 da AGU, assinada por Adams em 2012 e que estava suspensa, perdeu sua justificativa maior. A portaria era um dos principais alvos do movimento indígena, pois reescrevia as 19 condicionantes de Menezes Direito para os casos gerais. Produzia, assim, uma interpretação da Constituição Federal que inovaria a ordem legislativa, o que perpassa os poderes dos advogados da União. Em meio a protestos, a medida foi suspensa.

CONT.



STF e o acirramento dos conflitos

As argumentações sobre a aplicação da lei e o funcionamento do sistema jurídico podem sempre ser múltiplas e contraditórias. É o que tem ocorrido nas decisões da Corte Suprema: decisões de Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa geralmente são antagônicas às de Gilmar Mendes e Marco Aurélio de Mello no que tange os direitos indígenas. Quando cai no colo de um ou de outro um processo, cada um decide do jeito que quer. Lewandowski já havia decidido pela não aplicação das condicionantes, enquanto Gilmar Mendes encontrou nelas um subterfúgio para suspender a demarcação da Terra Indígena Arroio-Korá, dos Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul. Infelizmente, o STF, que deveria ser uma instituição pacificadora e garantidora do Direito, é um dos grandes responsáveis pelo acirramento de conflitos no campo no País e pela concentração fundiária. A Corte, órgão máximo do Judiciário, é apontada pelo governo como responsável por travar as demarcações.

Apesar do julgamento ter sido favorável aos povos indígenas, os adversários dos índios passaram a contar na imprensa uma versão diferente, de que quem perdeu teria ganhado. Algo como: não ganhou, mas levou. É uma retórica confusa, mas que ficou patente na declaração de Adams logo após o julgamento: "A decisão reforça a portaria da AGU. O que a portaria é, é uma orientação técnica do advogado-geral à área jurídica dizendo que, na interpretação da norma constitucional, na aplicação da norma constitucional, nós temos que observar as condicionantes." Acontece que a decisão do STF é justamente o contrário do argumento utilizado pelo advogado. Uma eventual tentativa de publicar a Portaria não será resguardada pelo STF, a priori, mas apenas opinião externada pelo órgão advocatício, e que deverá enfrentar opiniões contrárias e manifestações.

Em aberto

O STF deixou em aberto grandes questões, no entanto, que estão em debate no Brasil. Tendo sido refutada a restrição das demarcações, resta o problema da "consulta prévia" aos povos indígenas, direito adquirido com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Para Raul do Valle, advogado do Instituto Socioambiental, o problema é o seguinte:

"A decisão de 2009 é extremamente ambígua, dizendo que a instalação de bases militares, bem como suas intervenções, não precisam de consulta prévia para ocorrerem, no que o ministro Barroso concordou". Mas ela estende essa mesma regra à "expansão estratégica da malha viária, a exploração de alternativas energéticas de cunho estratégico e o resguardo das riquezas, de cunho estratégico", sendo que a definição de "estratégico" caberia ao Conselho de defesa Nacional. Claramente uma extrapolação e uma afronta ao estado de Direito, na medida em que permite que decisões totalmente discricionárias possam impedir o exercício de um direito fundamental. Se esse conselho decidir que é estratégico ao país vender soja para China com o menor preço possível estaria o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) autorizado a cortar uma pequena terra Kaingang no Paraná ao meio, sem consulta, porque seu desvio encareceria a saca exportada por Paranaguá em alguns centavos?"

Para Valle, porém, é importante frisar que o voto de Barroso foi claramente pela negativa dessa hipótese, "dizendo que nem tudo pode ser considerado estratégico".

CONT.



Até o lado espiritual dos povos indígenas foi debatido pelos ministros em suas togas. Há igrejas na Raposa Serra do Sol, protestantes e católicas, e a dúvida era se elas deveriam serem expulsas após a demarcação. Sobre esse ponto, Barroso reafirmou o princípio constitucional da liberdade religiosa, facultando aos indígenas o poder da escolha se querem ou não a permanência das igrejas, templos, etc. No entanto, fez questão de frisar a "proteção aos locais de culto". Nesse sentido, o trabalho das agências missionárias fundamentalistas, que praticam o proselitismo, segue sendo proibido nas terras indígenas, conforme portaria da Funai que expulsou missões internacionais que tentam evangelizar povos e traduzir a bíblia. Essas atividades continuam sendo consideradas contrárias a lei. Isso não significa que os povos indígenas não possam praticar diferentes religiões que as suas tradicionais. Mas invadir terras indígenas para converter os povos que lá habitam permanece sendo considerado uma afronta à proteção aos locais de culto. As almas indígenas, conforme publiquei aqui no blog, em seus locais de culto que são os territórios tradicionais, devem continuar protegidas pelo Estado da sanha fundamentalista.

No julgamento, após terem sido tomadas as decisões centrais, os ministros que aparentemente teriam opinião diversa passaram a oferecer um debate raso, permeado de preconceito e discriminação aos povos indígenas. Mendes, que possui fazendas no Mato Grosso, chegou a citar uma reportagem preconceituosa da revista Veja, como é a tônica da publicação, contrária aos índios da Raposa Serra do Sol. Mendes inclusive deixou transparecer uma expressão de raiva no momento em que pronunciou "tribos de índios vivendo nos lixões". Ao que Marco Aurélio de Mello deu seguimento ao bate-papo, como uma conversa de compadres na varanda do curral, revirando fantasmas da Ditadura e criticando os índios "aculturados" (um conceito que carrega significados discriminatórios). Eles haviam aproveitado o gancho de Teori Zavascki. Segundo o advogado Raul Valle, Zavascki "queria, por alguma razão, dizer que os efeitos do julgados se estendiam a outros casos, mas não teve coragem". Após uma grande confusão na sua argumentação, Zavascki resumiu tudo dizendo que o futuro é imprevisível e que tudo pode mudar um dia. Sob esse alerta, o relator Barroso completou: pode cair um meteorito aqui amanhã.

A onda anti-indígena em curso no Brasil hoje não acabou com a decisão do STF. Especialmente pelos argumentos que aparentemente tornariam a decisão ambígua. O bate papo dos ministros deu indicativos de que o STF empurrou para o Legislativo e o Executivo a pressão contrária aos índios. E o Executivo tenta argumentar que vai se "inspirar" na decisão para agir de acordo com seus interesses e editar, novamente, normas que restringem direitos. No entanto, por mais que se mire os índios como adversários de seus interesses, no caso do governo e ruralistas, em um aspecto o STF foi claro, sem nenhuma ambiguidade: vai ser preciso respeitar a Constituição Federal de 1988. Caso ela seja mudada, tudo muda. Mas, hoje, o que vale é a Constituição e o sistema jurídico de hierarquia das normas e a separação dos poderes. A Casa Grande, representada pelos grandes detentores de terras que não admitem interferências em seus negócios, vai ter de aceitar. Assim como o governo, submetido a um controle constitucional. Essa é a regra do jogo do "contrato social" que constitui o Brasil.

Conforme alerta o Conselho Indigenista Missionário, os desafios enfrentados pelos povos indígenas não foram resolvidos: "O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) ressalta, todavia, que o encerramento do julgamento e a publicação do acórdão da Petição 3388 não servirão

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

para cessar as problemáticas no tocante a questão das terras tradicionais dos povos indígenas. É de se presumir que as forças político econômicas anti-indígenas continuem o ataque violento que vem desferindo contra os povos e seus direitos constitucionalmente estabelecidos."

Caso caia um meteorito em Brasília, cuja possibilidade alertou o ministro Barroso, muita coisa pode acontecer. No entanto, mesmo assim, as 19 condicionantes formuladas por Menezes Direito não serão ser aplicadas fora do caso da Raposa Serra do Sol.

*Felipe Milanez é pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Escreve sobre meio ambiente, conflitos sociais e questões indígenas. É também pesquisador visitante na Universidade de Manchester e integra o European Network of Political Ecology (Entitle).

**Título original: STF garante direitos constitucionais indígenas



Concurso Professor Indígena Bahia 2014
SÍTIO CONCURSO NO BRASIL, 28.08.2013

Governo da Bahia formulou cronograma de concurso para professor indígena desde setembro de 2013. Edital estaria previsto para a primeira quinzena de novembro.

O Governo do Estado da Bahia reafirmou desde setembro deste ano o compromisso assumido com as comunidades indígenas acerca da realização de concurso público para professores indígenas. Na oportunidade, foi anunciado que a meta do Estado era de que em março de 2014 os novos docentes já estivessem atuando em sala de aula.

Se essa meta fosse mesmo cumprida, de acordo com a sequência de eventos proposta pelo executivo, teríamos edital publicado por volta do dia 12 de novembro de 2013. Para tanto, seria necessário que a aprovação do projeto de lei que altera a Lei nº 12046/2011 fosse publicada até o dia 11 de outubro (o que, pelo visto, não aconteceu). O projeto de lei pretende garantir aos professores indígenas os mesmos direitos de remuneração atribuídos aos demais professores da rede estadual, e foi encaminhado no dia 20 de setembro de 2013 para a Assembleia Legislativa da Bahia (confira detalhes do projeto de lei <http://www.al.ba.gov.br/noticias/Noticia.php?id=15807>).

Veja o calendário proposto pelo governo em setembro de 2013:

Dias Úteis	Eventos
11/10/2013	Publicação, no Diário Oficial do Estado, da alteração da legislação que criou a carreira
12/11/2013	Publicação, no Diário Oficial do Estado, do Edital de Abertura das inscrições
18/11 a 27/11 de 2013	Abertura e encerramento das inscrições
18/11 a 27/11 de 2013	Entrega de Títulos
22/12/2013	Aplicação das provas objetivas e da prova discursiva
11/02/2014	Divulgação do resultado definitivo, no Diário Oficial, das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva
21/02/2014	Publicação do resultado dos recursos e do resultado definitivo da prova discursiva e do resultado provisório da avaliação de títulos*
11/03/2014	Publicação no Diário Oficial do resultado definitivo da avaliação de títulos, do resultado final do concurso e homologação do resultado final.
12/03/2014	Convocação para nomeação*



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

30/03/2014	Nomeação*
*Encontro da comissão do Fórum de Professores com SEC/SAEB/SERIN/SJCDH	

Cronograma para concurso de Professor Indígena SEC/SAEB/SERIN 25.09.2013		SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
Dias Úteis	Eventos			
11/10/2013	Publicação no Diário Oficial do Estado da alteração da legislação que criou a carreira.			
12/11/2013	Publicação, no Diário Oficial, do Edital de Abertura de Inscrições.*			
18/11 a 27/11/2013	Abertura e Encerramento das Inscrições.			
18/11 a 27/12/2013	Entrega de Títulos.			
22/12/2013	Aplicação das provas objetivas e da prova discursiva.*			
11/02/2014	Divulgação do resultado definitivo, no Diário Oficial, das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.			
21/02/2014	Publicação do resultado dos recursos e do resultado definitivo da prova discursiva e do resultado provisório da avaliação de títulos.*			
11/03/2014	Publicação no Diário Oficial do resultado definitivo da avaliação de títulos, do resultado final do concurso e homologação do resultado final.			
12/03/2014	Convocação para nomeação*			
30/03/2014	Nomeação.*			

*Encontro da Comissão do Fórum de Professores Indígenas com a SEC / SAEB / SERIN / SJCDH.

Paulo Pontes da Silva
Secretário de Educação em Serviço

Tabela e imagem do documento: Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Justiça federal determina a suspensão das obras de Belo Monte

SÍTIO G1/PA, 28.10.2013

Decisão foi tomada na sexta pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Norte Energia afirmou que todas as obrigações estão sendo cumpridas.

Belo Monte, Pará



O sítio Belo Monte, localizado em Vitória do Xingu, abriga a casa de força principal do empreendimento, onde irão funcionar 18 turbinas, com capacidade para gerar cerca de 11 mil megawatts (MW).

G1.com.br

Infográfico elaborado em 09/05/2013

O desembargador federal Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), acolheu na sexta (25) pedido do Ministério Público Federal (MPF) e concedeu liminar (decisão provisória) que determina a suspensão imediata do licenciamento ambiental e das obras de execução da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Vitória do Xingu, no Pará. Na sentença, o magistrado afirmou que as obras já refletem "negativamente" nas comunidades locais.

"Tais impactos [da obra] já refletem negativamente nas comunidades atingidas, seja pela tensão social daí decorrente, no aumento do fluxo migratório e na diminuição da qualidade dos recursos naturais de que necessitam para a sua subsistência, impõe-se a concessão da tutela cautelar inibitória reclamada pelo Ministério Público Federal", escreveu Souza Prudente no despacho.

Segundo a assessoria do tribunal, a decisão tem validade até que a 5ª Turma do TRF-1 analise o processo, o que não tem prazo para ocorrer.

O TRF-1 destacou que a liminar de Souza Prudente torna "sem eficácia" a licença de instalação da hidrelétrica e a autorização de retirada da vegetação. A licença ambiental só voltará a ter validade, explicou o tribunal, no momento em que ocorrer o "efetivo" e "integral" cumprimento de todas as condições estabelecidas na licença prévia.

CONT.



O magistrado estipulou multa diária de R\$ 500 mil caso a decisão seja descumprida. Responsável pela operação do empreendimento hidrelétrico, a Norte Energia informou, por meio de nota oficial, que foi notificada sobre a liminar da Justiça Federal nesta segunda, "via e-mail". No comunicado, a operadora de energia disse "que está tomando todas as providências legais cabíveis.

Souza Prudente ordenou ainda que o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) "se abstenha" de celebrar qualquer contrato com a hidrelétrica enquanto não forem cumpridas as exigências ambientais.

Batalha judicial

O empreendimento hidrelétrico de Belo Monte já havia sido paralisado no ano passado por ordem da Justiça. Em agosto de 2012, o próprio TRF-1 determinou a suspensão das obras a pedido do Ministério Público Federal.

No entanto, duas semanas depois, o então ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto concedeu liminar autorizando a retomada das obras.

Em julho deste ano, a Justiça Federal do Pará negou pedido de liminar do Conselho Indigenistas Missionário que pretendia interromper as obras da hidrelétrica. A entidade alegava que projetos de geração de energia dentro de terras indígenas deveriam ser executados somente depois da elaboração de leis específicas sobre o assunto.

À época, o juiz Marcelo Honorato negou a liminar com o justificativa de que a paralisação da obra "atentaria" contra a ordem e a economia do país. Além disso, o magistrado considerou que os procedimentos para o licenciamento ambiental estavam corretos.

Obra polêmica

A usina hidrelétrica de Belo Monte está sendo construída no rio Xingu, no Pará. Segundo a Norte Energia, o custo total do empreendimento é R\$ 25,8 bilhões.

O projeto sofre oposição de ambientalistas, que consideram que os impactos para o meio ambiente e para as comunidades tradicionais da região, como indígenas e ribeirinhos, serão irreversíveis.

A obra também enfrenta oposição do Ministério Público Federal, que alega que as compensações às comunidades atingidas pela hidrelétrica não estão sendo feitas da forma devida. Para os procuradores da República, Belo Monte pode gerar um problema social na região do Xingu.

Exposição arqueológica traz relíquias do período colonial do Amazonas

SÍTIO G1/PA, 28.10.2013

*A mostra 'Cerâmica Tarumã' começa a partir da segunda-feira (28).
Peças foram localizadas por moradores de comunidade ribeirinha.*



Exposição trará mais de 150 peças arqueológicas referentes as primeiras expedições para Amazônia, no período Colonial (Foto: Tácio Melo/ Semcom)

Manaus recebe pela terceira vez a exposição 'Cerâmica Tarumã', que exhibe peças amazônicas a partir desta segunda-feira (28), no Instituto Cultural Brasil Estados Unidos (Icbeu), na Avenida Joaquim Nabuco, Centro de Manaus. A mostra é o resultado de 10 anos de pesquisas na comunidade agrícola Amazonino Mendes, localizada pelos próprios moradores na margem direita do Rio Tarumã. Ao todo, 150 peças serão exibidas ao público até o dia 6 de Dezembro.

As peças, que ainda estão sendo catalogadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), datam do período colonial na região amazônica. Elas foram encontradas pelos próprios moradores da região das águas do Tarumã Mirim, onde as expedições espanholas, holandesas e portuguesas tiveram os primeiros contatos com os nativos indígenas.

De acordo com o poeta Celdo Braga, presidente em exercício do Conselho Municipal de Política Cultural (Concultura), o trabalho soma com o movimento de resgate ao centro histórico de Manaus, além de contribuir para o ressurgimento das tradições amazonenses. "Assim como a reinauguração do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, essa ação tem uma prospecção educacional, porque o que queremos é trazer os alunos das escolas públicas e particulares para conhecer o início da nossa história por meio dessas cerâmicas", destacou.

CONT.



Segundo o curador da exposição, Eliel Cavalcante, a exposição nasceu na Escola Municipal Professor Paulo Freire, que está localizada em cima de um sítio arqueológico. "Pais, alunos e grande parte da população da comunidade Amazonino Mendes participaram dos trabalhos de busca e réplicas das peças originais, como maneira de manter viva essa cultura deixada pela tribo Tarumã", explicou o curador.

Conforme Eliel, serão expostos fósseis, artefatos indígenas e até objetos trazidos pelos colonizadores no período das expedições. Além disso, o local contará com um setor de vendas

de artesanatos da comunidade ribeirinha. Escolas interessadas em realizar excursões para prestigiar a exposição podem ligar para o telefone 3632-2634. As visitas começam às 9h e se encerram às 21h, com entrada gratuita.



Aldeias indígenas da região podem ganhar para-raios, diz vereador

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 28.10.2013

Os três casos de indígenas que morreram eletrocutados por raios em aldeias de Dourados e Caarapó, preocupam as autoridades locais. Em entrevista ao Dourados Agora nesta quinta-feira, o vereador douradense Aguilera de Souza, presidente da Associação dos Vereadores Indígenas de Mato Grosso do Sul, afirmou que o grupo estuda a possibilidade da instalação de para-raios nas reservas da região.

O assunto será discutido durante uma reunião entre os parlamentares que deve ocorrer na próxima semana, com local ainda a ser definido. "Nós detectamos esses problemas e vamos tentar implantar os para-raios, já que indígenas, não só de Dourados e Caarapó, mas também de outras cidades como Amambai, por exemplo, estão perdendo a vida assim. Por isso é preciso uma medida urgente", disse.

Segundo ele, pelo menos dois devem ser instalados inicialmente. "Pretendemos realizar um estudo que vai apontar quais as áreas de maior risco. Vários dos nossos irmãos trafegam pelos campos abertos que hoje substituem as matas, o que aumenta ainda mais o perigo. Uma antena dessas já cobre boa extensão das aldeias. Vamos entrar em contato com outras autoridades, para discutirmos a possibilidade de instalação inicial de pelo menos dois para-raios", comentou Aguilera.

Mortes

O mês de outubro registrou até agora três mortes de indígenas por raios na região sul de Mato Grosso do Sul. O primeiro caso ocorreu no dia 13, em Dourados. Na ocasião, o adolescente Alexandre Flores da Silva, de 16 anos, que vivia na aldeia Bororó, foi atingido por uma descarga elétrica enquanto transitava pelo anel viário, na carona de uma bicicleta conduzida por uma pessoa de 22 anos que não se feriu. Alexandre chegou a ser socorrido por uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), mas morreu no local.

Os outros dois acidentes foram em Caarapó, no último dia 21. Idalecio Roque, de 68 anos, estava em frente da casa onde morava com a esposa na aldeia Tey'Kuê, quando um raio o acertou; ele acabou morrendo, mas mulher não se feriu. Em outro ponto da reserva, dois adolescentes que dormiam em uma casa de madeira também foram atingidos por um raio. Fabrício da Silva, de 16 anos, morreu na hora. O outro menor foi socorrido por uma equipe da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), sendo encaminhado a um hospital local.

Incidência de Raios

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas espaciais (INPE), o Mato Grosso do Sul é o quarto Estado brasileiro que registra o maior número de mortes provocadas por raios, e o terceiro em incidência de descargas elétricas. A média aponta que há queda de 11,88 milhões de raio por ano. Nos últimos dez anos, foram contabilizadas 102 mortes do tipo. (Douradosagora)



Funai apura ocupação indígena em fazendas de Japorã, MS
SÍTIO REGIÃO NEWS, 28.10.2013

Silva confirma que a fazenda de Fernandes foi ocupada na segunda, mas disse que não tinha informações da retirada dos guarany-kaiwá e sobre a nova ocupação

A Fundação Nacional do Índio (Funai) enviou equipes até uma área em Japorã, a 477 km de Campo Grande, após receber informações de ocupação em duas propriedades durante a noite de sábado (26), segundo informou ao G1 o coordenador regional do órgão no local, Sílvio Raimundo da Silva. Segundo ele, há diversas fazendas ocupadas na região.

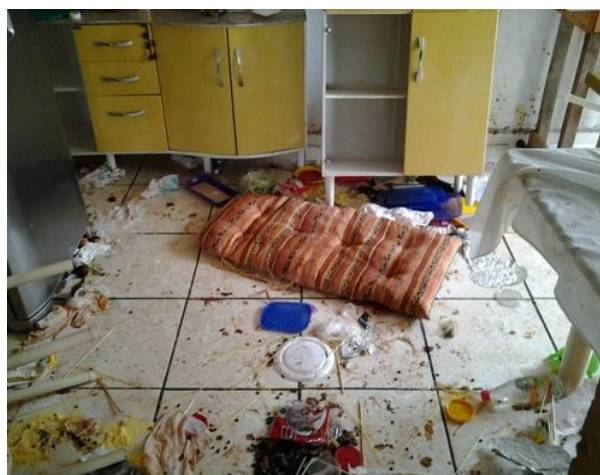
O produtor rural Pedro Fernandes, 60 anos, disse ao G1 que os indígenas entraram em sua propriedade na segunda-feira (21), durante a semana acabaram saindo e retornaram no sábado, deixando ele e funcionários ilhados na sede. "Ninguém entra ou sai", relata.

Silva confirma que a fazenda de Fernandes foi ocupada na segunda, mas disse que não tinha informações da retirada dos guarany-kaiwá e sobre a nova ocupação. As equipes que estão a caminho da região, segundo ele, deverão apurar a situação.

De acordo com o produtor rural, a propriedade dele tem 2,5 mil cabeças de gado distribuídos em 1,9 mil hectares. Fernandes diz que não se importa em ceder as terras para os indígenas, desde que seja ressarcido por isso. "Aceitamos abrir mão, desde que paguem por elas. Não queremos confronto", conclui.

Conforme Silva, a fazenda de Fernandes e várias outras na região fazem parte de uma área que os índios chamam de Yby Katu e reivindicam.

Invasões Indígenas: Mato Grosso do Sul está uma terra sem lei, diz Famasul
SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 28.10.2013



"Mato Grosso do Sul se transformou em uma terra sem lei, onde o direito de propriedade e à segurança, garantidos pela Constituição Federal, são ignorados com invasões anunciadas e consumadas em série". A afirmação é do presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema Famasul), Eduardo Riedel, referindo-se à tensão e violência geradas pelos indígenas no último final de semana. "Há uma omissão generalizada dos poderes constituídos, deixando um vácuo que põe em risco a ordem e a democracia brasileira", completa o dirigente.

Armados com arco, flecha e foices, indígenas da etnia Guaraní Kaiowá invadiram pelo menos nove propriedades privadas na zona rural de Japorã (MS) desde a última sexta-feira (25), causando destruição e gerando medo nas sedes das fazendas. De acordo com os produtores, os indígenas ordenaram a saída dos trabalhadores rurais das fazendas Chaparral e São José e armaram barracas, impedindo a retirada do gado das propriedades. Foram registrados boletins de ocorrência na delegacia de polícia de Mundo Novo.

A Polícia Federal esteve no local no último sábado, mas não houve acordo para que os índios se retirassem. Pelo contrário, na manhã de domingo os indígenas intensificaram invasões. "O produtor rural fica a mercê dessa violência aberta, escancarada, completamente desprotegido diante da inoperância do Governo Federal, das polícias e da Justiça Brasileira", afirma Riedel.

O proprietário da Fazenda São José, em Japorã, Ivagner Varago, invadida neste domingo, relata a ação violenta dos indígenas. "Entraram na propriedade, expulsaram meus funcionários e mataram gado. A situação está insustentável. Tenho receio que os produtores se unam para uma providência no mesmo nível", afirma Varago.

Os indígenas da aldeia Porto Lindo, na região de Japorã, pretendem expansão da área de 1.649 hectares para 9.454, um aumento de 473%, terra que denominam Yvy Katu.



Semana Acadêmica discute a educação em escolas indígenas

SÍTIO ULBRA, 28.10.2013

Evento do curso de Letras ocorre de 29 a 31 de outubro

De 29 a 31 de outubro, a ULBRA Gravataí promove a Semana Acadêmica do curso de Letras. Além de palestras, oficinas e exibição de filmes, a programação conta com a presença do professor da aldeia Estiva, de Viamão, que abordará o tema do currículo escolar em reservas indígenas.

A Semana tem início no dia 29.10, com a exibição do filme Labirinto do Fauno e o debate sobre realismo mágico com a participação do professor Ítalo Ogliari. No dia 30.10, às 9h, a coordenadora do curso de Letras, Marione Rheinheimer, ministra a oficina Mitologia Grega: Possibilidades para Prática Pedagógica no Ensino Médio. Às 19h15, ocorre a palestra As Personagens Niilistas na Ficção Machadiana e a Crítica de Octávio Brandão, ministrada pelo prof. Eduardo Linck. Logo mais, às 20h30, a professora Luciana de Souza apresenta a palestra De Foucault a Sancho Pança: Possibilidades de Releitura. As atividades ocorrem na sala 410.

No dia 31.10, as atividades iniciam às 9h com a exibição do filme indiano Black, que conta a história de uma menina cega e surda e a relação com o seu professor. Às 19h30, o alfabetizador Agostinho Moreira falará sobre o estudo e currículo escolar na aldeia Estiva, em Viamão. Uma feira de artesanato indígena guarani será montada na área de convivência do campus, das 18h às 21h30.

As inscrições para a Semana Acadêmica de Letras podem ser feitas na Coordenação do curso, localizada no prédio 3. O valor da taxa de inscrição é de R\$ 18,00. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (51) 3431.7677, ramal 255.

Bebê de 11 meses caiu no rio após colisão entre barcos. A mãe do bebê teve ferimentos no rosto e foi encaminhada ao hospital.

SÍTIO INTERJORNAL, 28.10.2013

Bebê de 11 meses caiu no rio após colisão entre barcos. A mãe do bebê teve ferimentos no rosto e foi encaminhada ao hospital.



Acidente ocorreu no Rio Val Paraíso, em Cruzeiro do Sul.

fazendo buscas no local", relata o ribeirinho José Custódio.

Um bebê indígena, de 11 meses, da etnia Arara morreu após um acidente entre dois barcos, no Rio Val Paraíso, afluente do Rio Juruá, no interior de Cruzeiro do Sul (AC). O choque entre as embarcações ocorreu na manhã de domingo (27). José João Paulo estava no colo da mãe Rutilene Antônia Cazuza, de 32 anos, quando caiu no rio. Ela ficou ferida, mas sobreviveu, de acordo com a Polícia Militar (PM).

O corpo da criança só foi encontrado cerca de cinco horas após o acidente por moradores das comunidades próximas. "A notícia foi se espalhando e mais de 40 pessoas estavam

O ribeirinho José Custódio Bezerra da Silva usou um barco da prefeitura local para transportar a indígena até a cidade de Cruzeiro do Sul. "Ela sofreu uma forte pancada no rosto e vomitava sangue, pensei que não fosse resistir à viagem que durou cerca de quatro horas e meia", informou o ribeirinho.

A mãe do bebê está internada no Hospital do Juruá, em Cruzeiro do Sul. Segundo o médico, Heitor Mesquita, diretor clínico da unidade, a indígena se recupera bem, mas teve uma das vistas atingida durante o acidente e ainda aguarda avaliação de um oftalmologista.

Segundo Jairo Lima, representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) na Região do Vale do Juruá, a mulher também está sendo acompanhada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena.

Rutilene estava no barco pilotado pelo seu esposo, José Delmar Santos Xavier, de 21 anos. Segundo ele, o choque aconteceu em uma curva do rio com outra embarcação de um ribeirinho que navegava em sentido contrário.

"Eu ainda coloquei para a margem, mas acho que ele não tinha costume de pilotar e acabou batendo", explica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

Segundo moradores da comunidade, nenhum dos ocupantes das embarcações envolvidas no acidente usavam coletes salva-vidas. O posto da Marinha em Cruzeiro do Sul informou que vai abrir um inquérito para apurar as causas do acidente.

Comissão Interamericana ouvirá indígenas brasileiros

SÍTIO DOM TOTAL, 28.10.2013



Cacique Guarani-Kaiowá protesta contra a falta de terra

Representantes dos indígenas Guarani-kaiowás e do Quilombo Brejo dos Crioulos serão recebidos em Washington, nesta terça-feira (29), pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O objetivo é denunciar ameaças e intimidações que as respectivas comunidades sofrem na luta em defesa de seus territórios. A audiência terá início às 9h e será transmitida ao vivo pela página da Organização dos Estados Americanos (OEA).

“Esses dois casos representam a situação histórica de violações aos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Será uma

reunião muito importante”, avalia Mariza Rios, professora da Escola Superior Dom Helder Câmara e integrante da FoodFirst Information & Action Network (FIAN-Brasil), uma das organizações que apóiam a causa.

Violações

Genito Gomes, liderança Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, e José Carlos Oliveira Neto, presidente da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos, são os representantes encarregados de expor a situação de seus grupos.

O primeiro vive na comunidade Guayviry, situada no município de Aral Moreira (MS), na fronteira com o Paraguai. Nisio, seu pai, foi assassinado em 18 de novembro de 2011, quando a comunidade foi atacada por um grupo armado, envolvendo produtores rurais, advogados, organização sindical, políticos locais e empresa de segurança privada. Sobre este fato, está em trâmite Ação Penal na justiça federal de Ponta Porã, porém até o momento a justiça brasileira não puniu os responsáveis.

“A comunidade de Guayviry, além de não ter acesso ao território, condição básica para realização do direito humano à alimentação adequada, não tem acesso à água potável, pois a água do rio que abastece a comunidade está contaminada por agrotóxico das plantações. A comunidade não tem acesso à educação, pois sem o território regularizado o município alega não ter o dever de prestar atendimento educacional. De igual forma, o atendimento à saúde com qualidade não é provido, e vivem a mercê de ‘pistoleiros’ contratados, visto que a localização geográfica é local oportuno para o trabalho de pistolagem”, afirmam representantes da FIAN-Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

Já José Carlos de Oliveira, há quatorze anos, luta pela garantia do direito ao território da comunidade Quilombola de Brejo dos Crioulos. Desde então, vem sofrendo ameaças e intimidações por parte de milícias a mando de fazendeiros. O quilombo, localizado no norte do de Minas Gerais, é composto por cerca de 503 famílias, hoje confinadas em pequenas áreas que não garantem os direitos básicos, em especial o direito à alimentação adequada.

“A audiência nos permitirá informar a Comissão o conflito agrário Brasil, em especial aos que se referem aos povos e comunidades tradicionais. Este fato gera um choque entre o modelo de desenvolvimento econômico, baseado na expansão de monocultivos, e a resistência dos povos e as comunidades tradicionais que estão mobilizados na defesa de seu direito ao território”, completa a FIAN-Brasil.

Redação Dom Total/Com informações da FIAN-Brasil



Governo Dilma não quer regularizar Quilombo dos Macacos

SÍTIO PCO, 28.10.2013

Os quilombolas estão resistindo faz mais de um século

Os moradores do Quilombo Rio dos Macacos estão resistindo em seu território já faz mais de um século. Nos últimos anos, contudo, as investidas contra os quilombolas foram muito maiores, figurando o próprio governo federal e as forças armadas como os responsáveis pela repressão no local.

Várias foram as reuniões e encontros com representantes do governo que não deram resultado algum, muito pelo contrário, se confirmaram como tentativas do governo de enganar os quilombolas e aplicar a velha demagogia de que estaria “conversando com os moradores”.

Nas proximidades do Dia Luta do Povo Negro, o 20 de novembro, o governo se apressou para criar uma comissão para debater essa questão. Ela é formada por representantes da comunidade quilombola Rio dos Macacos, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepir) e de órgãos federais.

Uma comissão com essa composição não tem outra finalidade que não seja enrolar o processo de demarcação da terra dos quilombolas, e debater questões que não sairão do papel.

Os quilombolas do Rio dos Macacos vivem ameaçados pelos militares da Base Naval de Aratu, em Simões Filho, Região Metropolitana de Salvador (RMS), mesmo tendo obtido o reconhecimento pelo INCRA de que a propriedade do local é dos quilombolas.

O trâmite judicial da questão afetou diretamente os quilombolas, pois a justiça concedeu parte do terreno para a Marinha do Brasil. Diante disso, os quilombolas exigem, também, a suspensão dos processos judiciais e a titulação imediata e definitiva do território.

Brejo dos Crioulos

Em situação até mais grave, a comunidade quilombola do Brejo dos Crioulos, localizada ao norte do estado de Minas Gerais, está sob a mira constante do latifúndio e já teve lideranças executadas.

Essa comunidade participará de audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos para denunciar o que os moradores estão sofrendo.

José Carlos de Oliveira Neto há 14 anos luta junto com a comunidade pela garantia do direito ao território, e desde então sofre ameaças e intimidações por parte de jagunços a mando do latifúndio.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

Para o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), os quilombolas afirmaram que “as ameaças estão se intensificando devido a demora nos processos de titulação dos territórios”.

Governo se rende ao latifúndio

Esses casos, e tantos outros, demonstram que não há disposição real do governo petista em resolver a questão dos quilombolas. Isso se dá pela força que o latifúndio possui dentro do governo, bem como no parlamento, através da famigerada bancada ruralista. É em razão disso que essas reuniões e encontros com o governo não resultam em ganhos para os quilombolas.

O governo Dilma cede aos latifundiários, e para os quilombolas, indígenas e sem-terra, resta se virar com as próprias mãos, tendo de encarar o latifúndio e seus jagunços, bem como as Forças Armadas, como é o caso do quilombo Rio dos Macacos.

Neste caso, a luta se dá em torno das reivindicações básicas dos quilombolas, como o direito a terra e sua titulação imediata. Da mesma forma, diante do massacre no campo, resta se armar e defender a terra e os familiares por todos os meios possíveis.

TRF4 julgará a constitucionalidade do decreto federal que viabiliza a titulação dos territórios quilombolas

SÍTIO PORTAL AFRICAS, 28.10.2013



Participe da campanha que cobra a titulação do território quilombola da comunidade Invernada Paiol de Telha Fundão, localizado em Reserva do Iguaçu, região Centro do Paraná. Assine a petição em apoio ao Paiol de Telha.

“A vida no Fundão era muito boa, tinha festa, reza, trabalho, tinha liberdade. Quando fomos expulsos do Fundão eu já era grande. Depois disso, só tivemos tristeza, é parada em pedacinho de terra, onde não dá pra plantar (...). Fizemos casinha de costaneira e de compensado pra morar. E até hoje, estamos assim, esperando nossa terra.” As lembranças da Neli Terezinha dos Santos, 47 anos, retratam a história do quilombo Invernada Paiol de Telha Fundão, localizado em Reserva do Iguaçu, região Centro do Paraná.

Assim como outras 300 famílias quilombolas da comunidade, Neli vive em condições de vida precárias, por ter sido expulsa do território que pertence aos quilombolas desde o século XIX. A luta pela terra é longa e anterior à própria Constituição, mas desde 2005 a comunidade luta para retomar a área através do processo de titulação nos marcos do Decreto Federal 4887/03.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

Neste ano todo o trabalho feito pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para a titulação irá a julgamento no Tribunal Regional Federal da Quarta Região – TRF4, no Rio Grande do Sul. <http://terradedireitos.org.br/wp-content/themes/terradedireitos/images/pdf.png>); background-color: transparent; background-position: 100% 50%; background-repeat: no-repeat no-repeat;”>Leia aqui a forte e comovente carta da comunidade sobre o processo judicial que pode impedir a titulação do território.

O caso é emblemático por envolver o questionamento da constitucionalidade do Decreto Federal 4887/03, que trata da titulação de territórios quilombolas, prevista no art. 68 do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. Ao julgar a titulação da comunidade Paiol de Telhas, desembargadores federais do TRF4 consolidarão uma posição acerca de todos os outros territórios quilombolas da região Sul, influenciando também outros processos em curso no país. Logo, toda Comunidade Quilombola auto-identificada no Brasil, passará pela mesma ameaça de deslegitimação identitária.



Índios e fazendeiros brigam por área de quase 10 mil hectares em MS

SÍTIO AGRO OLHAR, 29.10.2013

Globo Rural

Armados com flechas, lanças e facões, os índios da etnia guarani kaiowá não permitem que fazendeiros, trabalhadores rurais e a imprensa entrem nas fazendas ocupadas por eles.

Os produtores rurais afirmam que nos últimos 15 dias, os indígenas invadiram 14 propriedades no município de Japorã, à 477 quilômetros de Campo Grande. Atualmente, cerca de 5 mil indígenas moram na aldeia Porto Lindo, que fica ao lado das fazendas que foram ocupadas. Há 10 anos, eles reivindicam a demarcação de uma área de 9,4 mil hectares localizada nas proximidades do Rio Iguatemi.

Os fazendeiros entraram na Justiça com um pedido de reintegração de posse das áreas, mas enquanto o caso está sendo analisado, a Justiça determinou que a Polícia Federal fique na região para evitar conflitos.

Os fazendeiros só conseguem entrar nas propriedades que estão ocupadas pelos indígenas com escolta da Polícia Federal. Os trabalhadores rurais alimentam os animais que ficaram nas propriedades e depois deixam a terra novamente.

O presidente do sindicato rural da região, Hilário Parise, diz que a maioria dos produtores está com medo de retornar à propriedade.

A administração da Funai, em Ponta Porã, afirma que só tem a confirmação de quatro fazendas ocupadas pelos indígenas. "Essa terra vem sendo reivindicada há mais de 30 anos. O Governo Federal já demarcou em 2005, mas uma série de medidas judiciais estão impedindo a plena posse desses indígenas, que estão vendo muita demora nisso e então, eles estão usando desse artifício para chamar a atenção para o movimento e as necessidades que eles têm", diz Silvio Raimundo da Silva, coordenador regional da Funai.

Enviar para amigo Imprimir



Deputados temem confronto entre fazendeiros e índios

SÍTIO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MS, 29.10.2013

Em 2003, o município de Iguatemi foi palco de um grave confronto entre indígenas e fazendeiros, que resultou em vários feridos. Sobre a ponte do rio que leva o nome da cidade houve luta e esfaqueamentos. A cena pode se repetir mais uma vez dez anos depois. É o que teme o deputado estadual Lidio Lopes (PEN).

Na sessão desta terça-feira (29/10), Lidio usou a tribuna para revelar que 17 propriedades rurais da região de Iguatemi e Japorã estão invadidas e alertou que os fazendeiros não ficarão acuados. "Há um grande temor na região do Conesul. A população está com medo. O desespero é muito grande, já que os proprietários não sairão das fazendas, vão lutar até o fim", afirmou.

Lidio informou que indígenas do Paraguai somaram-se aos índios brasileiros durante as invasões. "Estou fazendo um clamor para que a Força Nacional atue na fronteira do país para evitar que os índios paraguaios invadam as propriedades rurais".

A deputada Mara Caseiro (PTdoB) também expôs sua indignação. "Um dos fazendeiros me ligou pedindo ajuda horas antes de sua propriedade ser invadida. Os policiais federais estavam por lá fazendo a proteção dos indígenas. E o direito a propriedade quem protege? Que país é esse?", questionou a parlamentar.

Paulo Corrêa (PR) acusou de "picareta" o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. "Quem promete e não cumpre é picareta. O ministro esteve em Mato Grosso do Sul, afirmando que compraria as propriedades tituladas com os TDAs [Títulos da Dívida Agrária] e até agora nada foi resolvido. Se ocorrer morte neste conflito, o crime deve ser imputado ao ministro", ressaltou.

Mais uma vez, os deputados fizeram um apelo para que o Governo Federal resolva definitivamente os conflitos fundiários indígenas no Estado. "É uma guerra civil. Perdeu-se a ordem. Perdeu-se o compromisso com a nação. Presidente Dilma Rousseff olhe pelo Mato Grosso do Sul antes que mais mortes aconteçam", clamou Mara.

Sem encontrar resistência, índios tomam fazendas em MS

SÍTIO JL NEWS, 29.10.2013



"Eles entram gritando com os animais, pulam a cerca, agem em bando e circulam o tempo todo dentro da propriedade", esta foi a descrição narrada pelo fazendeiro Domingos Borges Sorgatto, dono da Campo Flor, que a exemplo de outras 79 propriedades rurais de Mato Grosso do Sul, está sob total domínio dos indígenas.

Nos dois últimos anos, a situação tornou-se ainda mais frequente no estado, principalmente nas regiões sul e oeste, como Iguatemi, Miranda, Japorã e Sidrolândia. Os indígenas

encontram nas invasões uma forma mais eficaz de protestar e reivindicar junto ao Governo Federal o direito a terras de seus antepassados, que foram expulsos durante o período de colonização e exploração de novas áreas no Brasil.

No entanto, muitas das áreas hoje ocupadas pelos indígenas já foram consideradas de direito aos povos nativos, porém, os proprietários rurais destas terras ainda não foram notificados judicialmente ou sequer receberam o valor da indenização por parte do Governo.

Em maio deste ano, um indígena morreu durante um processo de reintegração de posse em Sidrolândia, no confronto, além de índios e produtores rurais, também participaram policiais militares e federais. Em 2011, o cacique Nísio Gomes, da Aldeia Guaiviry, localizada entre Ponta Porã e Aral Moreira, foi sequestrado e morto por produtores rurais durante um conflito indígena, o corpo do líder indígena nunca foi encontrado e os condenados permanecem soltos.

A demora não agrada aos indígenas, que para tentar aumentar o passo do processo invadem fazendas e expulsão os seus donos. Por sua vez, os fazendeiros reclamam destes atos, afirmando serem vítimas de violência e viverem sob constante ameaça, além de ter prejuízos com gado furtado e maquinários destruídos.

Segundo Paulo Schemberger, dono da Fazenda Campo Flor da Lagoa, a presença constante dos indígenas o deixa intimidado. "Quando preciso passar pelo caminho próximo à área invadida e os encontro reunidos, fico receoso com a abordagem. Além disso, eles têm o costume de jogar pedras nos veículos", ressalta o produtor.

A mesma opinião é compartilhada pela produtora Dalva Malaquias Ferreira, de Dois Irmãos de Buriti, que comentou sobre as constantes ameaças, furtos e intimidações dos indígenas em sua propriedade. "Eu não tenho sossego. Os indígenas capturam meu gado, dão tiro, carneiam e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

levam meus animais. Já acionei a Força Nacional por duas vezes e a recomendação que tive era para levar os animais para outra área e tomar cuidado. Ou seja, eu não tenho para quem pedir ajuda", desabafou.

Numa reunião promovida pelo Sistema Famasul foi estipulado o prazo de até 30 de novembro para que o Ministério da Justiça apresente uma proposta de ação concreta para os litígios de terra no Estado. A partir da data, serão retomadas as ações e medidas para o cumprimento das decisões judiciais e o setor vai se retirar da mesa de negociação.



Governo reconhece comunidades quilombolas em MG e GO

SÍTIO PORTAL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, 29.10.2013

Dois territórios foram reconhecidos na sexta-feira (25) como terras de comunidades quilombolas. O reconhecimento, publicado no Diário Oficial da União, com a delimitação precisa das áreas é uma das últimas etapas para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) emita os títulos de posse para essas comunidades.

A medida vai beneficiar, em Minas Gerais, a comunidade quilombola de Marques, em Carlos Chagas, que passará a ocupar regularmente uma área de 250 hectares, onde vivem oito famílias. No estado de Goiás, os remanescentes quilombolas de Tomás Cardoso recebem área de 1,8 mil hectares entre os municípios de Barro Alto e Santa Rita do Novo Destino.

O próximo passo para a titulação dos territórios como áreas quilombolas será a publicação de um decreto presidencial de interesse social para que o Incra possa desapropriar as áreas. No caso de Minas Gerais, há quatro fazendas na área reconhecida. O processo de reconhecimento, que começou em 1995, é considerado por representantes do governo e de movimentos sociais uma das principais medidas de resgate cultural e de autossuficiência dessas famílias que dependem, basicamente, de atividades econômicas agrícolas e de pesca e artesanato.

Até o final do ano passado, mais de 139 títulos de terras quilombolas foram entregues a 207 comunidades, beneficiando quase 13 mil famílias de remanescentes de quilombos. Em números, as titulações feitas desde 1995 somam área de 995 mil hectares.

Representantes do Incra – que faz o reconhecimento, desapropriação e emissão desses títulos, calculam que os territórios quilombolas titulados ocupam pouco mais de 0,12% do território nacional. A estimativa é baseada nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e considera que a titulação de todos os quilombolas do Brasil não ocupará sequer 1% da área do país.

Para que seja feito o reconhecimento e titulação da terra, a própria comunidade abre o processo em uma superintendência do Incra nos estados ou no Distrito Federal. A partir desse pedido, técnicos do órgão começam um estudo da área e divulgam um relatório que pode ser questionado por outras partes interessadas.

O processo não tem prazo de conclusão, mas técnicos do instituto reconhecem que é um processo moroso e complexo. De acordo com estimativas do órgão, existem entre 2,5 mil e 3 mil comunidades quilombolas no país. Em balanço até junho do ano passado, técnicos apontaram os fatores que mais dificultam o processo. “A demora na execução das etapas está diretamente relacionada à reduzida estrutura operacional e disponibilidade orçamentária e financeira para atingir o universo de processos abertos”, destaca relatório de 2012.

Carolina Gonçalves / Repórter da Agência Brasil



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

ESBR apoia campanha de prevenção do câncer de mama e útero voltada para mulheres ribeirinhas

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 29.10.2013

A comandante da embarcação Marcos Filho II, que realiza duas viagens semanais à região do Médio e Baixo Madeira, orienta passageiras para a importância de cuidar da saúde



A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), concessionária responsável pela geração e operação da Usina Hidrelétrica Jirau, apoia a campanha "Outubro Rosa" em Porto Velho. A atividade de conscientização das mulheres está ligada ao Programa de Ações a Jusante (PAJ), desenvolvido pela ESBR, e conta com a parceria do Movimento Articulado de Mulheres Ribeirinhas do Médio e Baixo Madeira, da Cooperativa Agroextrativista do Médio e Baixo Madeira (Coomade) e do Conselho de Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira (Conacoban).

"Através do PAJ, a ESBR já realiza uma série de ações voltadas para o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas, como capacitações, assessoria técnica, instalação de agroindústrias, entre outras. Esta é mais uma ação", informa a coordenadora do programa pela empresa Arcadis Logos, Sandra Regina Nunes dos Santos. O objetivo é fazer com que, informações como a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama e de útero cheguem àquelas que moram nas áreas de mais difícil acesso, localizadas do outro lado do Rio Madeira, na capital rondoniense.

Como o único meio de chegar e sair das comunidades ribeirinhas é de barco, o meio de transporte foi escolhido como ponto estratégico de abordagem para a Campanha de Prevenção ao Câncer. A embarcação Marcos Filho II, que realiza duas viagens semanais à região, trazendo e levando passageiros dos quatro distritos (São Carlos, Nazaré, Calama e Demarcação) e de comunidades do entorno para Porto Velho, recebeu uma faixa anunciando a realização da atividade. E a comandante da embarcação, Chirlene Nascimento Adelino, que também é ribeirinha e integrante do Movimento de Mulheres Ribeirinhas, é a responsável por

CONT.



abordar as passageiras e orientá-las, com o auxílio de profissionais de saúde e de informativos sobre o assunto, elaborados especialmente para a ocasião.

Segundo Chirlene, a intenção não é realizar o diagnóstico, mas conscientizar e orientar as ribeirinhas a procurarem os serviços de saúde. "A gente espera que a partir desse corpo a corpo com as mulheres, elas deem um significado maior às suas vidas. Muitas delas nunca tiveram alguém que chamasse a atenção para a importância de cuidar da saúde. E algumas não sabem como e onde procurar auxílio. É nesse sentido que pretendemos ajudá-las", relata a comandante.

O presidente do Conacoban, José Wilson de Melo, destaca que apesar das restrições de locomoção, a região do Médio e Baixo Madeira conta com uma população estimada em 15 mil habitantes, residindo nos quatro distritos e em cerca de 50 pequenas comunidades distribuídas ao longo do Rio Madeira e afluentes. "O nosso acesso a Porto Velho é muito difícil. De Calama pra cá são mais de 14 horas de viagem de barco. É muito cansativo, ainda mais para quem está doente. Então, outro objetivo nosso com esta Campanha é chamar atenção das autoridades para a necessidade de disponibilizar atendimento médico nas comunidades", assinala ele.

A Campanha de Prevenção ao Câncer foi lançada na quinta-feira, 24, e se estenderá até o final do ano.



Produtores rurais iniciam retirada do gado das fazendas invadidas por índios na região de Japorã

SÍTIO COXIN AGORA, 29.10.2013

Preocupados com a situação dos animais, proprietários rurais que tiveram suas fazendas invadidas por índios da etnia Guarani-Kaiowá, na região de Japorã, começam a retirar o gado das terras invadidas.

Com uso de caminhões e apoio da Polícia Federal, o proprietário da fazenda São José, Ivagner Varago, iniciou nesta segunda-feira (28) a retirada dos animais. Segundo o proprietário, os índios já teriam sacrificado cerca de dez cabeças de gado desde a invasão.

O proprietário relata ainda que os prejuízos são inestimáveis. "Ontem, o trabalho terminou por volta das 22h, mas não havia outro jeito, precisávamos retirar o gado. Os índios sacrificaram cerca de dez animais em menos de 24h, isso dá no mínimo um prejuízo de R\$ 20 mil, fora a sede da fazenda que foi praticamente destruída. Os caminhões foram fretados e tudo agora é só prejuízo", desabafa Ivagner.

De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parise, uma reunião está marcada para esta quarta-feira (30), com os produtores rurais, para tentarem encontrar caminhos que amenizem os prejuízos. "Os produtores buscam e precisam ser indenizados. Se o governo pretende pagar pelas terras, que pague o preço justo, não só as benfeitorias, esta é a principal queixa dos fazendeiros", explica.

Na tarde de hoje (29), a retirada do gado deve acontecer na fazenda Chaparral, onde existem aproximadamente 1,4 mil cabeças. Segundo Thiago Tormena, filho do proprietário, o gado está sendo organizado e toda a ação conta com o apoio da Polícia Federal, que deve permanecer na fazenda durante todo trabalho.

"Vamos tentar retirar o que sobrou. O gado aparentemente está completo, não há sinais de sacrifício, mas ainda não contamos para saber. Na sede, vamos retirar apenas o que ficou inteiro, o que não é muita coisa, pois foi tudo destruído durante a invasão".

As áreas começaram a ser invadidas há aproximadamente 15 dias por índios da etnia Guarani-Kaiowá. Ao todo já são 14 fazendas invadidas na região de Japorã.



Paulo Corrêa solicita Navio-hospital para atender índios Guatós

SÍTIO A TRIBUNA NEWS, 29.10.2013

Em Ladário Paulo Corrêa participa comemorações do dia da padroeira Nossa Senhora dos Remédios e solicita Navio-hospital para atender índios Guatós

O deputado estadual Paulo Corrêa esteve em Ladário no último dia 24/10, onde participou da missão, procissão e quermesse em comemoração ao dia da padroeira do município, Nossa Senhora dos Remédios.

A festa religiosa foi iniciada no dia 13 de outubro e se estendeu até ontem, quando reuniu mais de 5 mil pessoas para a missa campal e procissão. "É a maior festa religiosa de Ladário e nós viemos, a convite do vereador Baguá, participar das comemorações do dia da padroeira", disse Paulo Corrêa.

Participaram dos festejos o prefeito de Corumbá, Paulo Duarte, o prefeito de Ladário José Antonio Assad e o vereador do município, Baguá, entre outras autoridades.

Solicitação de Navio-Hospital

Ainda em Ladário o deputado estadual Paulo Corrêa reuniu na manhã do último dia (25/10) com o comandante do 6º Distrito Naval, Contra-almirante Edervaldo Teixeira de Abreu Filho, ocasião em que solicitou a disponibilidade do navio-hospital para levar atendimento médico e odontológico à comunidade dos índios Guatós, em Corumbá. Após a reunião Paulo Corrêa visitou o navio.

O atendimento vai acontecer na segunda quinzena de novembro, próximo à Base Militar de Porto Índio. Os índios Guatós ocupam a Ilha Ínsua, às margens do Rio Paraguai, distante 350 quilômetros de Corumbá, sendo que o acesso só é possível através de barco, em uma viagem que dura cerca de 36 horas, ou através de transporte aéreo.

Assessoria de Imprensa



Município de Cachoeirinha (TO) deve indenizar indígenas pela destruição de aldeia por incêndio criminoso
SÍTIO PROMAD, 29.10.2013

A 5.^a Turma condenou o Município de Cachoeirinha (TO) ao pagamento de R\$ 100 mil reais, a título de indenização por danos morais aos indígenas da comunidade Apinajé, das Aldeias de Buriti Comprido, Cocalinho e Palmeiras.

As comunidades indígenas tiveram suas casas incendiadas e saqueadas como represália a eventos ocorridos dias antes, provocados por condutas comissivas e omissivas praticadas pelo prefeito da cidade e simpatizantes.

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou a ação pleiteando a concessão de indenização por danos morais e materiais às referidas comunidades indígenas que tiveram suas casas incendiadas e destruídas.

A petição inicial descreve que o prefeito do Município de Cachoeirinha (TO) adentrou a aldeia Cocalinho, sem autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai), fez promessas aos indígenas e não as cumpriu, gerando, por consequência, conflito entre indígenas e não indígenas.

Após o acirramento dos ânimos, o prefeito permitiu que fosse realizada ação de resgate de um trator que fora retido pelos índios. Na ocasião, cinco cidadãos do município, sendo um secretário municipal, invadiram a reserva indígena, inclusive atirando para reaver o veículo. Dias depois, após novo confronto, o MPF afirma que a aldeia foi completamente destruída por um incêndio criminoso.

Em primeira instância, o pedido foi julgado improcedente, tendo o MPF interposto apelação ao TRF da 1.^a Região. Sustentou que a conduta dos representantes da municipalidade contribuiu decisivamente para os fatos. Argumentou que a destruição da aldeia é decorrência da conduta comissiva e/ou omissiva de cidadãos comuns e de servidores do Município de Cachoeirinha, pois os mesmos, especialmente o ente estatal, deixaram de "recorrer aos mecanismos legais para recuperação do bem", preferindo "o exercício arbitrário de suas próprias razões", ponderou.

Reiterou com essa fundamentação, o pedido de condenação do município ao pagamento de indenização a título de danos morais e materiais, extensíveis às famílias dos indígenas, assim como o pagamento mensal de um salário mínimo aos indígenas prejudicados, pelo período de dois anos.

Ao analisar a apelação, a relatora, desembargadora federal Selene Maria de Almeida, entendeu que a municipalidade é responsável pela destruição da aldeia indígena. "O nexo de causalidade, na espécie, encontra-se suficientemente demonstrado, não se afigurando

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

necessária a individualização dos agentes que provocaram o incêndio na aldeia. O incêndio

consistiu na óbvia e rápida consequência da ação levada a efeito pelos servidores do município no resgate do trator retido pelos índios”, afirmou a magistrada.

Para a relatora, é cabível a indenização por danos morais, tendo em vista que, no caso em análise, “houve evidente depauperação da condição social da comunidade Apinajé como decorrência do incêndio na aldeia de Cocalinho e da fuga em massa dos índios para aldeia São José”.

Com relação ao pedido de extensão da indenização por danos morais às famílias dos indígenas, a relatora entendeu que a solicitação não procede. Isso porque o pedido formulado na inicial decorre da destruição da aldeia e não da conduta dos indígenas em atacar os invasores. Sobre o pedido de pagamento de um salário mínimo aos indígenas prejudicados pelo período de dois anos, a desembargadora Selene Maria de Almeida esclareceu que “não possui causa de pedir a justificá-lo, razão pela qual fica indeferido”.

Dessa forma, a Turma, nos termos do voto da relatora, deu parcial provimento à apelação para condenar o Município de Cachoeirinha ao pagamento de danos morais no valor de R\$ 100 mil e de danos materiais no montante a ser apurado por meio de liquidação.

Processo n.º 1416-50.2011.4.01.4301/TO

Data do julgamento: 07/10/2013

Publicação no diário oficial: 16/08/2013

JC

Assessoria de Comunicação Social

Tribunal Regional Federal da 1.ª Região



Mais um Kaiowá suicidado pela nossa sociedade. Chega!

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 29.10.2013

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental*

O irmão de Valdelice Verón, Valmir, foi encontrado morto dentro de casa hoje, aparentemente 'suicidado'. E quando uso o termo "suicidado", faço-o no sentido utilizado por Antonin Artaud em "Van Gogh: o suicidado da sociedade": a incapacidade de aceitar "o outro", na sua diversidade e identidade próprias; o desejo de submetê-lo e, em alguns casos, até mesmo explorá-lo.

Por motivos diferenciados, trata-se, aqui também, de uma sociedade que relega os povos originários a viver em verdadeiros guetos, num desespero que acaba por levá-los a desistirem da própria vida. E trata-se, paralelamente, de um Estado no qual os poderes públicos não cumprem a Constituição de 1988, pela qual há 20 anos todas as terras indígenas deveriam ter sido homologadas. Os "suicidados" não tiraram, pois, a própria vida. Quem o fez, quem os assassina a cada dia, semana, mês, numa estatística macabra da qual MS é recordista absoluta, é a nossa omissão, permitindo que a sociedade na qual vivemos lentamente os assassine.

Como se isso não bastasse, é fundamental ainda que se registre, também neste caso e mais uma vez, a negligência da PM (segundo consta, obedecendo ordens do próprio governador) para com a população indígena. Para que a Polícia Civil pudesse chegar ao local, para fazer a perícia, a Funai foi obrigada a acionar a Força Nacional, mesmo tendo o caso ocorrido em local fora de sua área de atuação. Em Mato Grosso do Sul, "a PM não atende nas áreas indígenas".

Nossa solidariedade a Valdelice e aos demais parentes. Chega!

*Enviada para Combate Racismo Ambiental por Janete Melo, com informações também de Vania Pereira da Silva e Gustavo Guerreiro.



Família desaparecida pode estar em reserva indígena, diz PRF no AM

SÍTIO G1/AM, 29.10.2013

Câmeras registram momento que suposto carro passa pela BR-174. Rodovia federal atravessa reserva Waimiri-Atroari, situada no AM e em RR.

As câmeras de monitoramento da Fundação Nacional do Índio (Funai) registraram o momento que o suposto veículo pertencente à família desaparecida passou na última sexta-feira (25), pelo trecho da BR-174, que fica na reserva indígena Waimiri-Atroari. Não há imagens do carro deixando área indígena. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) suspeita que o casal e a criança estejam na região e concentrará as buscas na reserva.

A Polícia Rodoviária Federal conseguiu identificar que a família antes de desaparecer utilizou o cartão de crédito para abastecer o veículo Honda City, de placa NON-9378, em um posto de combustível em Rorainópolis, município situado no Sul de Roraima .

As imagens do circuito interno do estabelecimento mostram apenas o representante comercial Levy Oliveira Nascimento, de 32 anos, a esposa, Gislane Santos Mesquita Nascimento, de 34 anos, e o filho do casal, Ian Levy Mesquita Nascimento, 6 anos.

Diante das informações, a polícia continuou o monitoramento do trecho da rodovia até a reserva Waimiri-Atroari, localiza nas atuais Regiões Sul dos estados de Roraima e Norte do Amazonas . A BR-174, que liga Manaus à Boa Vista, passa por dentro da área indígena.

Segundo o 3º Distrito de Polícia Rodoviária Federal, as imagens de um veículo trafegando pelo km 247 da rodovia federal foram captadas às 15h17, do último dia 25, pelas câmeras da Funai instaladas no trecho situado no Amazonas. Porém, não há registros de imagens do carro deixando a reserva Waimiri-Atroari.

“O trecho da reserva dentro do estado do Amazonas começa no km 208 e vai até o km 255, quando inicia a área no estado de Roraima. Ao todo, são 120 quilômetros da BR-174 dentro da reserva Waimiri-Atroari. Concentraremos as buscas do início da reserva até o trecho onde as imagens do veículo foram captadas, pois a polícia analisou as imagens das câmeras da saída da reserva e não identificou o veículo saindo”, informou a Polícia Rodoviária Federal.

Na manhã desta terça-feira (29), as equipes das PRF farão buscas na área entre os quilômetros 208 e 255, na reserva indígena. A Polícia Militar do Amazonas (PM-AM) dará apoio com cães farejadores e um helicóptero.

Entenda o caso

O representante comercial Levy Oliveira Nascimento, de 32 anos, a esposa, Gislane Santos Mesquita Nascimento, de 34 anos, e o filho do casal, Ian Levy Mesquita Nascimento, 6 anos,

CONT.



desapareceram antes de chegar a Manaus, segundo familiares e amigos. O último contato com a família, que mora na capital amazonense, ocorreu às 10h48 de sexta-feira (25), quando estavam de saída da cidade. O veículo utilizado pela família é um Honda City, de cor cinza escuro e de placa NON-9378.

Eles seguiram pela BR-174, rodovia que liga os dois estados. De Boa Vista até Manaus são aproximadamente 785 km. Seguindo de carro, o percurso pode durar de 8 a 10 horas com velocidade entre 80km/h a 110km/h, velocidade permitida na rodovia.

Até esta segunda-feira (28), ainda não havia informações novas sobre o desaparecimento. Foi registrado boletim de ocorrência no 5º Distrito Policial, em Boa Vista, e também na Polícia Civil do Amazonas.

Davi Nascimento, irmão do representante comercial, informou que Levy foi para Boa Vista na segunda-feira (21) a trabalho e na quarta-feira (23) a esposa e o filho chegaram à cidade de avião para fazer compras na Venezuela. "Eles vieram para voltarem todos juntos de carro para Manaus. Na quinta-feira [24], provavelmente, eles seguiram para Santa Elena [de Uairén] e na sexta-feira saíram de Boa Vista sentido Manaus, mas até agora não temos informações deles", relatou.

Qualquer informação pode ser repassada para o disque-denúncia 181.

Sem energia, Parque das Nações Indígenas afugenta população

SÍTIO MÍDIA MS, 29.10.2013

Subestação sobrecarrega e parque tem os portões fechados mais cedo



Ontem pela noite (28) um caso chamou atenção de quem passava em frente ao Parque das Nações Indígenas. O local estava sem iluminação e um clima de desolação tomou conta de quem sempre caminha dentro do parque.

A nossa equipe foi até o local por volta das 19 horas, chegamos a pensar que por conta do dia do Funcionário Público o parque estaria fechado, mas constatamos que não havia nenhuma iluminação na pista de caminhada em todo o perímetro do parque, havia iluminação apenas na Casa Pantaneira.

Segundo um dos funcionários que trabalha no local, e não quis se identificar, o motivo da falta de energia no parque seria porque a subestação sobrecarregou. "Existem fios velhos, e acaba sobrecarregando, ocorrendo a fuga elétrica e fez a energia cair", explicou.

Já referente a Casa do Pantaneiro, que fica em frente a subestação, o funcionário explicou que ela estava com energia, pois é da Fundação Manoel de Barros mantida pela Uniderp e para alimentar a energia do local a iluminação vem do poste que fica fora do parque.

Como durante o dia não há necessidade de energia para que o parque possa permanecer aberto, a população pode caminhar tranquilamente, e quando escureceu um breu tomou conta do local o que deixou algumas pessoas preocupadas, pelo fato de existir locais propício para algum tipo de ameaça.

O parque que fecha às 22 horas, teve que antecipar o horário de fechamento. Era 20 horas e o local já estava com os portões trancados, somente quem já estava dentro podia sair.

Hecer Torres, 43 anos, que estava dentro do parque quando anoiteceu, comentou que sem a iluminação o local fica perigoso. "Tem mulheres andando sozinhas ali, se alguém pegar ninguém vai saber o que aconteceu".

Ela que estava caminhando com o marido, Hugo Torres, 43 anos, só ficaram sabendo que ali possuía segurança uma hora depois de estarem andando no escuro. "Depois de uma hora que

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

avistamos uma moto, que nos informou que o parque fecharia mais cedo por conta da falta de energia”, comenta.

Era a primeira vez que o casal fazia caminhada no local, e foram surpreendidos com a falta de energia em um dos maiores parques ecológicos de Campo Grande.

Conforme informou o funcionário, esse mês foi a primeira vez que ocorreu o incidente, mas que constantemente acontece pelo fato dos fios da subestação ser bem antigos. Hoje o funcionamento do parque deve ser normal, já que será feita a manutenção para que haja energia no local novamente.

MPF/AM se reúne com comunidades quilombolas em Barreirinha
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 29.10.2013



Objetivo do encontro foi obter subsídios para o reconhecimento formal dos quilombos existentes na região

MPF/AM

Reconhecimento das comunidades como remanescentes de quilombo e delimitação de suas terras. Estas foram as principais reivindicações apresentadas pelas comunidades Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, São Pedro, Trindade e Itaquara, localizadas no rio Andirá, no município de Barreirinha (distante 331 quilômetros de Manaus), ao Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), após visita realizada à região pelo procurador da República Julio José Araujo Junior na última quinta-feira (24).

Em reunião na comunidade Santa Tereza do Matupiri, a presidente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, Maria Amélia dos Santos Castro, ressaltou a importância da luta pelo reconhecimento da comunidade como quilombola junto à Fundação Palmares, entidade responsável pela certificação, e relatou que fazendeiros vêm provocando limitação da área da comunidade. Segundo ela, devido a essas limitações, algumas comunidades têm sofrido dificuldades para exercer a atividade de roçado.

O representante da comunidade Boa Fé, João Jorge de Castro Rodrigues, pediu o apoio do MPF na delimitação das terras, evitando as titulações fraudulentas. Para Sebastião Douglas, da comunidade Santa Tereza do Matupiri, sem roça a comunidade não sobrevive, pois é sua atividade essencial, de onde extraem os alimentos para subsistência e produção de recursos.

Durante a conversa, o procurador da República Julio Araujo descreveu o caminho a ser

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.

percorrido para o reconhecimento formal das comunidades quilombolas e destacou que o papel do MPF será o de exigir dos órgãos competentes – Fundação Palmares e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – que desempenhem o seu papel e verifiquem com celeridade o preenchimento dos requisitos previstos na legislação que trata do tema.



Boletim de Notícias - Edição nº 197 / 2013

Brasília, 29 de outubro de 2013.
